PLANO DO CURSO DE FORMAÇÃO DE JUÍZES DE PAZ**INTRODUÇÃO** - A INSTITUIÇÃO JULGADOS DE PAZ

HISTÓRIA E ORGANIZAÇÃO DOS JULGADOS DE PAZ

ESPECIFICIDADE DO JUIZ DE PAZ

MÓDULO I - PROCESSO CIVIL NOS JULGADOS DE PAZ**MÓDULO II** - DIREITO CIVIL NOS JULGADOS DE PAZ**MÓDULO III** - RESPONSABILIDADE CIVIL NOS JULGADOS DE PAZ**MÓDULO IV** - DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL NOS JULGADOS DE PAZ**MÓDULO V** - ÉTICA E DEONTOLOGIA**MÓDULO VI** - CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO NOS JULGADOS DE PAZ**INTRODUÇÃO** - A INSTITUIÇÃO JULGADOS DE PAZ

HISTÓRIA E ORGANIZAÇÃO DOS JULGADOS DE PAZ

ESPECIFICIDADE DO JUIZ DE PAZ

A formação dos juízes de paz deverá nortear-se pelos objetivos que devem presidir à formação judiciária dos magistrados: o desenvolvimento das suas qualidades pessoais e a aquisição e o aperfeiçoamento das competências técnicas e funcionais necessárias ao desempenho da função.

O início do curso de formação de juízes de paz pautar-se-á pelo conhecimento e aprofundamento da instituição Julgados de Paz, percorrendo-se as fases e as dimensões da sua História e Organização e analisando-se as suas especificidades.

O que foram, o que são os Julgados de Paz e o que podem vir a ser?

“Na Aurora do século XXI, os Julgados de Paz renasceram para trazerem mais Proximidade entre a Justiça e o Cidadão, e serem um caminho reto a percorrer por quem deseje Justiça e, com ela, Paz” - Juiz Conselheiro Jaime Octávio Cardona Ferreira, Presidente do

Conselho dos Julgados de Paz, in “*Julgados de Paz, Organização, competência e funcionamento (Lei n.º 54/2013, de 31.07)*”, 3.ª edição, Coimbra Editora, pg. 7.

DURAÇÃO

A formação nesta matéria será ministrada presencialmente (2 UL) e à distância (1 UL), num total de três unidades letivas - 4,5 horas.

A sessão presencial de duas unidades letivas terá lugar no dia 18 de junho e corresponde ao primeiro contacto presencial com os formandos.

Os materiais formativos a distância são disponibilizados na plataforma *elearning* do CEJ.

PLANIFICAÇÃO

INTRODUÇÃO

1.ª Semana - 9 (10 e 13 - feriados) a 18 de junho

A) A Instituição Julgados de Paz

História e Organização dos Julgados de Paz

Especificidade do Juiz de Paz - **1 unidade letiva**

B) Formação presencial no CEJ - 2 unidades letivas - 18 de junho

Formação a distância - 1 unidade letiva - 1,5 horas

Formação presencial - 2 unidades letivas - 3 horas

1 UL - 90 minutos

Total: 3 unidades letivas – 4,5 horas

Horário sábado - 10h00 às 13h00

MÓDULO I - PROCESSO CIVIL NOS JULGADOS DE PAZ

MÓDULO II - DIREITO CIVIL NOS JULGADOS DE PAZ

MÓDULO III - RESPONSABILIDADE CIVIL NOS JULGADOS DE PAZ

OBJETIVOS

A componente formativa do Processo Civil, Direito Civil e Responsabilidade Civil nos Julgados de Paz deverá compreender as seguintes orientações programáticas:

- O domínio dos princípios orientadores dos Julgados de Paz, como os princípios da proximidade, simplicidade, adequação, informalidade, oralidade e absoluta economia processual e o aprofundamento dos princípios estruturantes do processo civil, como elementos integradores do ordenamento jus-processual de base;

- O reconhecimento do papel relevante da equidade nos Julgados de Paz;

- A determinação das esferas de competência e de atuação dos diversos intervenientes no processo nos Julgados de Paz, numa perspetiva autónoma, integrada e interdisciplinar;

- A compreensão do novo paradigma do direito processual, recentrando a Justiça nas suas funções primordiais de promoção e de garantia dos direitos e de pacificação social;

- O domínio da marcha do processo declarativo e dos procedimentos cautelares;

- A apreensão e a sinalização de temáticas substantivas fundamentais nos Julgados de Paz, apreciadas de forma integrada com o direito adjetivo.

A formação pautar-se-á sempre pela clarificação das regras deontológicas, no sentido da implementação de práticas adequadas.

O programa temático das sessões contém a sua calendarização, de forma a permitir a gestão dos temas prioritários e antever a densidade com que cada tema deve ser tratado.

OBJETIVOS FORMATIVOS

A formação obedece ao conteúdo temático calendarizado segundo a ordem adotada na planificação.

Tem como objetivos formativos a verificação da aquisição pelos formandos das seguintes competências:

A) No fim do MÓDULO I:

- Assimilação dos princípios orientadores dos Julgados de Paz e aprofundamento dos princípios estruturantes do processo civil, como elementos integradores do ordenamento jus-processual de base;
 - Reconhecimento do papel da equidade nos Julgados de Paz;
 - Compreensão de um modelo de processo que deve assentar num postulado de confiança, construído a partir de uma ética de responsabilidade social;
 - Apreensão sistemática da dinâmica do processo e dos termos do início, desenvolvimento, vicissitudes e extinção da instância;
 - Análise da função e do conteúdo do requerimento inicial e da causa de pedir;
 - Delimitação dos termos e formas de citação;
 - Apreciação da natureza, função, conteúdo e regime processual dos articulados;
 - Aferição dos pressupostos processuais e análise das exceções dilatórias e perentórias;
 - Alcance do poder/dever de aperfeiçoamento dos articulados;
 - Capacidade de apreciação da problemática da prova, analisando os diferentes meios probatórios;
 - Perceção da relevância da conciliação e do papel do juiz como pacificador social;
 - Conhecimento da relação do juiz de paz com a mediação;
 - Domínio aprofundado das regras, trâmites e vicissitudes da audiência final, com especial abordagem das temáticas da psicologia do testemunho e da ética judiciária;
 - Capacidade de seleção da matéria de facto e de avaliação da prova;
 - Análise da sentença e concretização dos seus elementos integradores;
 - Estudo dos vícios da sentença e compreensão da matéria dos recursos;
 - Aquisição e desenvolvimento de competências na matéria das modificações objetivas e subjetivas da instância;
 - Compreensão dos efeitos do processo de insolvência e do processo especial de revitalização (PER) na tramitação dos processos declarativos dos julgados de paz;
 - Identificação dos principais conceitos e problemáticas em torno das custas processuais e do apoio judiciário.

B) No fim do MÓDULO II:

- Aquisição de conhecimentos em áreas específicas do Direito do Consumo;
- Delimitação teórica e aplicação prática do Direito do Arrendamento;

- Domínio aprofundado das problemáticas relativas à propriedade horizontal, às relações de vizinhança e à usucapião.

C) No fim do MÓDULO III:

- Análise das temáticas da responsabilidade civil extracontratual;
- Domínio aprofundado da responsabilidade emergente de acidente de viação, dos prisms adjetivo e substantivo;
- Compreensão dos pressupostos da responsabilidade contratual, acompanhada do estudo de alguns contratos em especial, como os contratos de compra e venda, os contratos eletrónicos, a prestação de serviços, os contratos de transporte, o contrato de viagem organizada, a mediação imobiliária e o contrato de seguro;
- Análise da boa-fé e dos deveres de proteção;
- Apreciação da responsabilidade pré-contratual e da exceção do não cumprimento do contrato.

DURAÇÃO

A formação em matéria de Processo Civil, Direito Civil e Responsabilidade Civil nos Julgados de Paz desenvolve-se ao longo de oito semanas.

Os módulos formativos serão ministrados presencialmente (7 UL) e à distância (27 UL), num total de trinta e cinco unidades letivas - 51 horas.

As sessões presenciais correspondem a um total de sete unidades letivas - 10,5 horas.

Os materiais formativos a distância são disponibilizados na plataforma *elearning* do CEJ.

Os formandos são sujeitos a avaliação no termo do curso, a qual consiste na realização de um exame escrito, com a duração de três horas, nas instalações do CEJ.

PLANIFICAÇÃO

MÓDULO I - PROCESSO CIVIL NOS JULGADOS DE PAZ

1.ª Semana - 9 (10 e 13 – feriados) a 18 de junho

A) Princípios orientadores dos Julgados de Paz

Princípios e linhas sistemáticas no processo civil

Caráter subsidiário da aplicação do Código de Processo Civil

O papel do Juiz de Paz - **2 unidades letivas**

B) Requerimento inicial

- Função e conteúdo
- Pedido e causa de pedir- **2 unidades letivas**

2.ª Semana - 20 a 25 de junho

A) Citação

Contestação, reconvenção e articulados supervenientes

Pressupostos processuais

Exceções dilatórias e vícios

Despacho de aperfeiçoamento - **2 unidades letivas**

B) Direito probatório material

Direito probatório formal

O Juiz de Paz e a Conciliação

O Juiz de Paz e a Mediação

Audiência de julgamento - **2 unidades letivas**

3.ª Semana - 27 de junho a 2 de julho

A) Sentença

Recursos

Custas processuais

Apoio judiciário

Procedimentos cautelares - **2 unidades letivas**

B) Suspensão, extinção e modificações da instância

Modificações objetivas da instância:

- Alteração e ampliação do pedido e da causa de pedir
- Verificação do valor da causa

Modificações subjetivas da instância:

- Incidente de habilitação de herdeiros
- Incidente de habilitação de adquirente ou cessionário
- Incidentes de intervenção de terceiros

Efeitos do processo de insolvência e do processo especial de revitalização (PER) na tramitação dos processos declarativos dos julgados de paz - **2 unidades letivas**

C) Formação presencial no CEJ - 2 unidades letivas - 2 de julho

MÓDULO II - DIREITO CIVIL NOS JULGADOS DE PAZ

4.ª Semana - 4 a 9 de julho

- A) Contrato de crédito ao consumo - 1 unidade letiva**
- B) Contrato de arrendamento urbano - 1 unidade letiva**
- C) Relações de vizinhança**
 - Usucapião - **2 unidades letivas**

5.ª Semana - 11 a 16 de julho

- A) Propriedade horizontal - 3 unidades letivas**
- B) Formação presencial no CEJ - 2 unidades letivas - 16 de julho**

MÓDULO III - RESPONSABILIDADE CIVIL NOS JULGADOS DE PAZ

6.ª Semana - 29 de agosto a 3 de setembro

- A) Responsabilidade civil extracontratual - 1 unidade letiva**
- B) Responsabilidade civil emergente de acidentes de viação - 2 unidades**

letivas

7.ª Semana - 5 a 10 de setembro

- A) Responsabilidade contratual (I) - 2 unidades letivas**
 - Contrato de compra e venda, em especial a compra e venda defeituosa
 - Contrato de empreitada

- Contrato de transporte
- Contrato de seguro
- Contrato eletrónico

B) Responsabilidade contratual (II) - 2 unidades letivas

- Contrato de prestação de serviços (médico, advogado e outros profissionais); serviços públicos essenciais
- Contrato de viagem organizada
- Contrato de mediação imobiliária

C) Formação presencial no CEJ - 2 unidades letivas - 10 de setembro

8.ª Semana - 12 a 17 de setembro

A) A boa-fé e os deveres acessórios

Responsabilidade pré-contratual

Exceção do não cumprimento do contrato - **1 unidade letiva**

B) Formação presencial no CEJ - 1 unidade letiva - 17 de Setembro

Formação a distância - 27 unidades letivas - 40,5 horas

Formação presencial - 7 unidades letivas - 10,5 horas

1 UL - 90 minutos

Total: 34 unidades letivas - 51 horas

Avaliação - 3 horas

Horário sábado - 10h00 às 13h00

PLANO DO CURSO DE FORMAÇÃO DE JUÍZES DE PAZ

MÓDULO IV - DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL NOS JULGADOS DE PAZ

OBJETIVOS

Na elaboração do Plano teve-se em consideração a **Lei n.º 71/2001 de 13 de Julho**, designadamente e para o que ora releva, a competência dos julgados de paz em matérias conexas com a responsabilidade criminal (cfr. **artigo 9.º**) e bem assim a duração global do Curso – 8 semanas – para cálculo do tempo letivo que se entendeu ser pertinente, em termos relativos com as demais matérias, para que os mencionados conteúdos sejam ministrados.

Refira-se ainda que, no que tange à seleção dos conteúdos a lecionar, esteve subjacente a matéria atinente à responsabilidade penal, uma vez que esta consubstancia o pressuposto positivo da procedência do pedido de indemnização civil que no caso é competência do Juiz de Paz decidir.

Perspetivou-se a lecionação numa vertente pragmática, com incidência em conteúdos cuja essencialidade é basilar na formação das competências exigidas pela respetiva função, nos termos do **artigo 9º, nº 2, da Lei dos Julgados de Paz**.

O módulo será ministrado em dois momentos distintos, contendo a final de cada um deles uma unidade letiva presencial para consolidação da formação efetuada através das sessões ministradas a distância.

OBJETIVOS FORMATIVOS

A formação obedece ao conteúdo temático calendarizado segundo a ordem adotada na planificação.

Tem como objetivos formativos a verificação da aquisição pelos formandos das seguintes competências:

Parte I

- Identificar os fundamentos da teoria geral da infração criminal determinantes da responsabilidade penal do agente;

- Conhecer as causas de exclusão da ilicitude e indicá-las no caso concreto;
- Conhecer as situações de erro em contexto criminal e identificá-lo no caso concreto;

Parte II

- Conhecer os elementos constitutivos dos crimes relativamente aos quais tem competência em sede de indemnização civil;
- Conhecer os pressupostos da responsabilidade civil em contexto criminal;
- Indicar os critérios jurisprudenciais subjacentes à fixação do *quantum indemnizatur* por danos decorrentes da prática desses ilícitos penais;
- Estabelecer critérios para essa fixação visando a prolação de uma decisão equitativa e jurisprudencialmente homogénea.

DURAÇÃO

A formação em matéria de Direito Penal e Processo Penal nos Julgados de Paz desenvolve-se ao longo de quatro semanas.

Será ministrada em dois submódulos, contendo a final de cada um deles uma unidade letiva presencial para consolidação da formação efetuada através das sessões ministradas a distância.

Os módulos formativos serão ministrados presencialmente (2 UL) e à distância (10 UL), num total de doze unidades letivas - 18 horas.

As sessões presenciais correspondem a um total de duas unidades letivas - 3 horas.

Os materiais formativos a distância são disponibilizados na plataforma *elearning* do CEJ.

Os formandos são sujeitos a avaliação no termo do curso, a qual consiste na realização de um exame escrito, com a duração de três horas, nas instalações do CEJ.

PLANIFICAÇÃO

PARTE I

1.ª Semana - 11 a 16 de julho

A) A teoria geral da infração: a ação ilícita, típica, culposa e punível - **2 unidades letivas**

2.ª Semana - 29 de agosto a 3 de setembro

A) As causas de exclusão da ilicitude: consentimento, legítima defesa, estado de necessidade e exercício de direito ou cumprimento de dever - **1 unidade letiva**

B) O erro sobre o facto e a ilicitude - **1 unidade letiva**

C) Formação presencial no CEJ - **1 unidade letiva - 3 de setembro**

PARTE II

3.ª Semana - 5 a 10 de setembro

A) Os elementos objetivos e subjetivos dos crimes de:

- Ofensas corporais simples
- Ofensa à integridade física por negligência
- Difamação
- Injúrias
- Furto simples
- Dano simples
- Alteração de marcos
- Burla para obtenção de alimentos, bebidas ou serviços - **3 unidades**

letivas

4.ª Semana - 12 a 17 de setembro**A) O pedido de indemnização civil em sede penal**

- Pressupostos: agente, facto ilícito, culpa, dano, e o nexo de causalidade entre o facto e o dano
- Critérios para fixação do *quantum indemnizatur*:
 - - o juízo de equidade
 - - a Jurisprudência - **3 unidades letivas**

B) Formação presencial no CEJ - 1 unidade letiva - 17 de setembro

Formação a distância - 10 unidades letivas - 15 horas

Formação presencial - 2 unidades letivas - 3 horas

1 UL - 90 minutos

Total: 12 unidades letivas - 18 horas

Avaliação - 3 horas

Horário sábado - 10h00 às 13h00

PLANO DO CURSO DE FORMAÇÃO DE JUÍZES DE PAZ

MÓDULO V - ÉTICA E DEONTOLOGIA

OBJETIVOS

A componente formativa de Ética e Deontologia deverá compreender as seguintes orientações programáticas:

- Distinção entre as noções de Ética, Disciplina e Deontologia;
- Compreensão da importância do exercício das virtudes;
- Análise do relacionamento ético, deontológico e funcional entre o Juiz de Paz e os respetivos utentes do Tribunal;
- Apreciação das características do exercício funcional onde não existe beca nem sala de audiências;
- Apreciação da noção de proximidade adequada;
- Ponderação do balanceamento crítico permanente entre igualdade do Juiz de Paz e o cidadão utente dos Julgados de Paz;
- Alcance do poder funcional da direção dos atos e da decisão;
- Compreensão do comportamento exigível ao Juiz de Paz perante os funcionários que exercem funções nos Julgados de Paz, as entidades administrativas e outras autoridades.

DURAÇÃO

A formação em matéria de Ética e Deontologia desenvolve-se ao longo de uma semana.

Será ministrada presencialmente (1 UL) e à distância (2 UL), num total de três unidades letivas - 4,5 horas.

A sessão presencial corresponde a uma unidade letiva - 1,5 horas.

Os materiais formativos a distância são disponibilizados na plataforma *elearning* do CEJ.

PLANIFICAÇÃO

Semana - 20 a 25 de junho

A) Distinção entre as noções de Ética, Disciplina e Deontologia

Importância do exercício das virtudes

Relacionamento ético, deontológico e funcional entre o Juiz de Paz e os respetivos utentes do Tribunal

Características do exercício funcional onde não existe beca nem sala de audiências

Noção de proximidade adequada

Balanceamento crítico permanente entre igualdade do Juiz de Paz e o cidadão utente dos Julgados de Paz;

Poder funcional da direção dos atos e da decisão

Comportamento exigível ao Juiz de Paz perante os funcionários que exercem funções nos Julgados de Paz, as entidades administrativas e outras autoridades - **2 unidades letivas**

B) Formação presencial no CEJ - 1 unidade letiva - 25 de junho

Formação a distância - 2 unidades letivas - 3 horas

Formação presencial - 1 unidade letiva - 1,5 horas

1 UL - 90 minutos

Total: 3 unidades letivas - 4,5 horas

Horário sábado - 10h00 às 13h00

PLANO DO CURSO DE FORMAÇÃO DE JUÍZES DE PAZ

MÓDULO VI - CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO NOS JULGADOS DE PAZ

OBJETIVOS

A componente formativa de Conciliação e Mediação nos Julgados de Paz deverá compreender as seguintes orientações programáticas:

- Aprofundamento e distinção das noções de mediação e de conciliação
- Estudo e análise do Código dos Mediadores
- Compreensão da perspectiva da mediação enquanto *item* do processo dos Julgados de Paz
- Conhecimento aprofundado da mediação extra-competência
- Perceção da relevância do conteúdo do acordo obtido em mediação para o Juiz de Paz
- Alcance da diferença entre direitos disponíveis e direitos indisponíveis
- Análise da forma e do conteúdo da decisão homologatória

DURAÇÃO

A formação em matéria de Conciliação e Mediação nos Julgados de Paz desenvolve-se ao longo de uma semana.

Será ministrada presencialmente (1 UL) e à distância (2 UL), num total de três unidades letivas - 4,5 horas.

A sessão presencial corresponde a uma unidade letiva - 1,5 horas.

Os materiais formativos a distância são disponibilizados na plataforma *elearning* do CEJ.

PLANIFICAÇÃO

Semana - 4 a 9 de julho

A) Noções de mediação e de conciliação

Código dos Mediadores

A mediação enquanto item do processo dos Julgados de Paz

A mediação extra-competência

Relevância do acordo obtido em mediação para o Juiz de Paz

Diferença entre direitos disponíveis e direitos indisponíveis

Forma e do conteúdo da decisão homologatória - **2 unidades letivas**

B) Formação presencial no CEJ - 1 unidade letiva - 9 de julho

Formação a distância - 2 unidades letivas - 3 horas

Formação presencial - 1 unidade letiva - 1,5 horas

1 UL - 90 minutos

Total: 3 unidades letivas - 4,5 horas

Horário sábado - 10h00 às 13h00

FORMAÇÃO A DISTÂNCIA

Introdução aos Julgados de Paz - **1 UL**

Processo Civil, Direito Civil e Responsabilidade Civil nos Julgados de Paz - **27 UL**

Direito Penal e Processo Penal nos Julgados de Paz - **10 UL**

Ética e Deontologia - **2 UL**

Conciliação e Mediação nos Julgados de Paz - **2 UL**

42 unidades letivas - 63 horas

FORMAÇÃO PRESENCIAL

Introdução aos Julgados de Paz - **2 UL**

Processo Civil, Direito Civil e Responsabilidade Civil nos Julgados de Paz - **7 UL**

Direito Penal e Processo Penal nos Julgados de Paz - **2 UL**

Ética e Deontologia - **1 UL**

Conciliação e Mediação nos Julgados de Paz - **1 UL**

13 unidades letivas - 19,5 horas

TOTAL: 55 UNIDADES LETIVAS - 82,5 HORAS

1 UL - 90 minutos

Avaliação - 6 horas

Horário sábado - 10h00 às 13h00